

REFERÊNCIA: DA EXTERIORIDADE AUTÔNOMA PARA A DIMENSÃO SIMBÓLICA DA LÍNGUA

Bruna Karla Pereira, PosLin/UFMG

1. Apresentação

A referência é um tema bastante complexo no âmbito dos estudos semânticos, porque se trata de um conceito permeado por engendramentos teóricos diversos e até mesmo contrastantes. Assim sendo, propomo-nos a abordar, pelo menos, dois modos de se conceber a referência. Em um primeiro modo, a referência é uma entidade discretizável em um “mundo” exterior à língua. Esta entidade, portanto, constitui-se de modo prévio e independente do lingüístico. Diferentemente, em um segundo modo, a referência é compreendida como um objeto discursivo, na medida em que faz parte da dimensão simbólica da língua. Nesta perspectiva, a referência não possui existência prévia ao discurso, porque ela se constrói nele e a partir dele. Portanto, neste segundo modo, a referência não é uma entidade autônoma, mas constitutiva da própria língua.

Neste artigo, inicialmente, veremos como as propostas de Frege (1978) e de Pires de Oliveira (2001) podem ser representativas deste primeiro modo de se compreender a referência. Posteriormente, a partir das formulações feitas por Ducrot (1984) e Guimarães (2005), observaremos o segundo modo. Neste ponto, importa ressaltar que as formulações propostas nesta segunda concepção se constituem como fundamento epistemológico para os trabalhos que desenvolvemos, no campo da Teoria da Enunciação. Por esta razão, este trabalho se mostra pertinente no momento.

2. A referência para Frege

Frege trabalha com a distinção entre nome, referência, sentido e representação. Nome é o sinal lingüístico, a “combinação de palavras, letras”

(FREGE, 1978, p. 62), a designação de um objeto. Por sua vez, a referência de um nome é “o próprio objeto que por seu intermédio designamos” (FREGE, 1978, p. 65). A referência é, portanto, um “objeto determinado” (FREGE, 1978, p. 62), “sensorialmente perceptível” (FREGE, 1978, p. 64). Diferentemente, o sentido é “o modo de apresentação do objeto” (FREGE, 1978, p. 62), trata-se de uma “propriedade comum de muitos, e portanto, não é uma parte ou modo da mente individual” (FREGE, 1978, p. 65). De modo contrário, a representação “é subjetiva: a representação de um homem não é a mesma de outro. Disto resulta uma variedade de diferenças nas representações associadas a um mesmo sentido” (FREGE, 1978, p. 65), o que, para o autor, justifica desconsiderar a representação no trabalho com a referência¹.

Ainda, segundo Frege, em linguagem natural, “entender-se um sentido nunca assegura sua referência” (FREGE, 1978, p. 63). Isto significa que uma expressão pode ter sentido apenas e não ter referência. São exemplos disso: “o corpo celeste mais distante da Terra” (FREGE, 1978, p. 63), “a série que converge menos rapidamente” (FREGE, 1978, p. 63), “o cientista que descobriu a cura para a Aids”, etc. Apesar destas considerações, expressões como estas “não devem ter lugar em uma linguagem perfeita” (FREGE, 1978, 63), por isso, este é um fenômeno considerado pelo autor como um “defeito” (FREGE, 1978, 75) das línguas naturais.

Ademais, enquanto, por um lado, a referência e o sentido de um nome são, respectivamente, o objeto no mundo e o seu modo de apresentação, por outro lado, a referência e o sentido de uma sentença assertiva simples são, respectivamente, seu valor de verdade e o pensamento veiculado por ela.

Se uma assertiva simples possui valor de verdade, significa que é possível dizer se ela é verdadeira ou falsa. Para que isso ocorra, é necessário que a sentença tenha um pensamento completo, isto é, que ela tenha sentido completo. Por sua vez, para que a sentença seja completa, são necessárias duas condições: que o

¹ A exclusão desta instância será vista como pouco pertinente, na seção 5.2.2 deste trabalho.

predicado tenha sujeito e que o sujeito tenha referência. Logo, uma sentença como “5 é um número primo” (FREGE, 1978, p. 70) tem referência porque é completa, isto é, tem sujeito e predicado. Além disso, pressupõe-se a existência de “um objeto determinado (esta palavra tomada na acepção mais ampla)” (FREGE, 1978, p. 62), que é designado pelo sinal “5”. Portanto, a sentença possui um “conteúdo objetivo” (FREGE, 1978, p. 67), o pensamento de que 5 é um número primo, e uma referência, pois é possível lhe atribuir um valor de verdade.

Entretanto, “há partes de sentenças que possuem sentido, mas que não têm referência” (FREGE, 1978, p. 68). É o caso de “Ulisses profundamente adormecido foi desembarcado em Ítaca”. Neste caso, “é duvidoso que o nome “Ulisses”, que aí ocorre, tenha uma referência, é também duvidoso que a sentença inteira tenha uma” (FREGE, 1978, p. 68). Segundo o autor, em casos como este, o valor de verdade é irrelevante, basta-nos o pensamento.

Porém, fora da arte literária, “o pensamento perde valor para nós tão logo reconhecemos que a referência de uma de suas partes está faltando” (FREGE, 1978, p. 68). Por exemplo, uma sentença como “O cientista que descobriu a cura da Aids tornou-se famoso mundialmente” seria concebida como um “defeito” (FREGE, 1978, p. 75) ou “um equívoco” (FREGE, 1978, p. 76) da língua. Neste caso, é pressuposta a existência do sujeito – e tem-se interesse no valor de verdade da sentença –, mas a referência do sujeito não se satura no mundo. Portanto, esta sentença não tem valor de verdade, porque não é possível dizer se ela é verdadeira ou falsa.

Tendo em vista esta “imperfeição” (FREGE, 1978, p. 76) das línguas naturais, faz-se necessária uma “linguagem logicamente perfeita” (FREGE, 1978, p. 76). Nesta linguagem, “deve-se exigir que toda expressão construída como um nome próprio (...) designe, de fato, um objeto” (FREGE, 1978, p. 76).

2. Desdobramentos do pensamento de Frege

Na esteira desses ideais, nascem os pressupostos epistemológicos do que hoje é conhecido como Semântica Formal. Esta perspectiva de análise investe justamente na elaboração de uma metalinguagem que seja capaz de traduzir o significado, construído pelo falante, ao interpretar uma sentença.

Para isso, objetiva-se construir uma “máquina de tradução” (PIRES DE OLIVEIRA, 2001, p. 144), capaz de interpretar as sentenças produzidas e barrar sentenças “esdrúxulas” (PIRES DE OLIVEIRA, 2001, p. 149). Nesse sentido, considera-se a existência de um sistema formal e virtual como uma das versões desta máquina. A metalinguagem deste sistema é o “cálculo de predicados” (PIRES DE OLIVEIRA, 2001, p. 144), uma linguagem artificial utilizada para “mimetizar” (PIRES DE OLIVEIRA, 2001, p. 144) a(s) forma(s) semântica(s) de uma sentença. Por sua vez, a forma semântica é o significado, aquilo que o falante capta “intuitivamente” (PIRES DE OLIVEIRA, 2001, p. 141) ou “mecanicamente” (PIRES DE OLIVEIRA, 2001, p. 144) de uma sentença.

No sistema formal a que nos referimos, concebe-se que a significação se constitui de modo combinatório. Assim, a forma semântica é o resultado do cálculo que se faz entre predicados e argumentos. Os predicados são estruturas lacunares, que devem ser preenchidas por nomes próprios² a fim de que se completem. Na mesma linha de raciocínio de Frege, concebe-se que, para se atribuir valor de verdade a uma sentença, isto é, para que uma sentença tenha referência, é necessário saturar o predicado com um argumento³ (PIRES DE OLIVEIRA, 2001, p. 135).

Além disso, para que o cálculo de predicados seja feito, são necessários operadores e conectivos. Por exemplo, “Não” é um operador extensional, pois pode modificar a referência da sentença, “se eu sei que uma sentença qualquer -

² De acordo com Frege (1978), “nome próprio” é qualquer expressão que tenha sentido e referência.

³ A autora oscila ao definir “argumento”: primeiro, ele é compreendido como uma lacuna a ser preenchida: “Aos espaços vazios dá-se o nome de argumento.” (PIRES DE OLIVEIRA, 2001, p. 136); depois, como uma expressão que preenche a lacuna: “Os predicados (...) se completam quando os seus vazios são preenchidos por um argumento” (PIRES DE OLIVEIRA, 2001, p. 140).

vamos chamá-la de p - é falsa, sei precisamente o que $\neg p$ significa: a verdade” (PIRES DE OLIVEIRA, 2001, p. 143).

Assim, a escolha pelo cálculo de predicados se justifica pelo fato de “podermos ter certeza de que a nossa metalinguagem é logicamente consistente” (PIRES DE OLIVEIRA, 2001, p. 144). Esta justificativa faz parte de uma concepção segundo a qual quanto mais o lógico se afasta das línguas naturais como metalinguagem, mais ele está capacitado a abstrair-se delas e a reproduzir, fielmente, a interpretação do falante. Em outras palavras, quanto mais ele se afasta das línguas naturais como metalinguagem, mais ele está próximo de fazer uma espécie de “radiografia” do significado. O modelo lógico não permitiria, por exemplo, a produção de uma sentença ambígua, que consiste em uma “fonte de erros lógicos” (FREGE, 1978, p. 76).

Portanto, nesta abordagem, a referência é a relação que a língua pode ter “com algo que não é língua, com objetos e situações no mundo” (PIRES DE OLIVEIRA, 2001, p. 152). Assim sendo,

interpretar um nome é ser capaz de pegar um certo indivíduo no mundo. O nome Carlos, por exemplo, pega um certo indivíduo no mundo. Claro que esta descrição é bastante simplificada, afinal nem sempre falamos sobre indivíduos que existem no mundo (...) Nossa modelagem deve, no entanto, explicitar essa intuição básica de que falamos sobre objetos e situações no mundo. (PIRES DE OLIVEIRA, 2001, p. 152-3).

3. Alguns limites do sistema formal

Tendo explicitado algumas das principais diretrizes da Semântica Formal, levantaremos, a seguir, algumas discussões que mostram certos limites desta maquinaria.

Primeiramente, em relação aos operadores, não parece tão lógico que o “não” “se reduza a tornar um enunciado em seu oposto” (GUIMARÃES, 2006, p. 138). Guimarães (2006, p. 137) observa que há três tipos de negação, dos quais mencionaremos apenas dois: a negação descritiva e a negação polêmica. “A

negação descritiva informa algo como oposto ao que é dito pelo enunciado sem a negação” (GUIMARÃES, 2006, p. 138), tipo que mais se aproxima do que Pires de Oliveira (2001, p. 143) entende por negação. Contudo, a negação polêmica, algo que não foi previsto pela autora, “não produz uma inversão como produz a negação descritiva” (GUIMARÃES, 2006, p. 138). O autor exemplifica a negação polêmica com “Este abacaxi não está bom, está ótimo” (GUIMARÃES, 2006, p. 137), sentença tão verdadeira quanto “Este abacaxi está bom” (GUIMARÃES, 2006, p. 138).

Um outro exemplo de negação polêmica é o seguinte: suponha que João é sócio majoritário de uma grande empresa e que ele tenha um irmão, José, que, por sua vez, exerce a profissão de sapateiro. Um dia perguntaram a João: “Você é irmão de José?”, e a resposta foi: “Não, José é meu irmão”⁴. Assim sendo, se a primeira sentença é verdadeira, a negação não faz com que a segunda seja falsa. Tudo isto nos revela que “não” deve ser compreendido para muito além de um mero operador extensional, indicador de uma relação dicotômica entre verdadeiro e falso.

Outro ponto a ser questionado é a noção de cálculo de predicados, que pretende ser a representação da interpretação de uma sentença. Propõe-se que orações simples passam por determinadas operações que as permitem constituir orações complexas. É importante mencionar que estas operações, puramente lógicas, são feitas considerando-se que as orações a serem calculadas são independentes. Contudo, a máquina de tradução não funciona com sentenças do tipo “João passou no vestibular, mas não se inscreveu” (PIRES DE OLIVEIRA, 2001, p. 168). Nesse caso, segundo a autora, além de haver uma soma, há “uma idéia de contraposição entre as sentenças unidas pelo “mas” que o operador & não capta.” (PIRES DE OLIVEIRA, 2001, p. 168).

Ducrot (1989) apresenta uma perspectiva de análise para a relação que se estabelece entre enunciados como estes. De acordo com o autor, a idéia de contraposição não se dá, exatamente, entre os dois enunciados, mas entre o

⁴ Exemplo semelhante a este foi trabalhado pelo Prof. Dr. Luiz Francisco Dias, em aula de Semântica (2º/2006, PosLin, FALE, UFMG).

segundo enunciado e o *topos* evocado pelo primeiro. No caso da sentença proposta por Pires de Oliveira (2001, p. 168), o *topos* é o seguinte: normalmente, quando as pessoas passam no vestibular, elas se inscrevem na universidade. Este *topos* possui uma direção argumentativa, qual seja, João se inscreveu. Esta direção é rompida por “mas João não se inscreveu”, que “veicula um conteúdo dirigido para a conclusão inversa” (DUCROT, 1989, p. 24) à conclusão desencadeada pelo *topos*. Assim sendo, conforme propõe Ducrot (1989), a interpretação da relação que se dá entre os enunciados não passa por cálculos lógicos, mas por direcionamentos argumentativos.

Ainda, quanto ao cálculo de predicados, um predicado precisa de argumentos para que tenha referência. Nesse sentido, há casos, conforme previstos pela autora, em que não há preenchimento por algum argumento, mas há saturação porque a referência do predicado é recuperada anaforicamente no discurso. Entenda-se discurso aqui como “uma seqüência de sentenças encadeadas” (PIRES DE OLIVEIRA, 2001, p. 135).

Contudo, Dias (2005), a partir de uma outra concepção de discurso, mostra uma variedade de ocorrências nas quais, além de os lugares sintáticos não serem ocupados, não é possível recuperar uma co-indexação explícita em alguma sentença anterior. Mesmo assim, é possível atribuir referência tanto aos lugares sintáticos vazios quanto à sentença como um todo. Esta referência se ancora em um domínio discursivo de elementos recortados na enunciação, que não estão presentes em uma seqüência prévia de sentenças encadeadas, mas em uma memória de dizeres.

Em “Quem planta colhe”, por exemplo, “não temos a ocupação material (orgânica) do lugar do objeto. No entanto, na medida em que concebemos uma sustentação discursiva para a sentença, podemos projetar um domínio de referência capaz de dar suporte a uma ocupação” (DIAS, 2005, p. 120). Por exemplo, no discurso religioso, o lugar de objeto de “plantar” seria ancorado em um domínio de referência constituído por *palavras de Deus, boas ações, generosidade, bondade*, etc. Por sua

vez, no discurso do senso comum, o lugar de objeto seria ancorado em um domínio de referência constituído por *discórdia, calúnia, mentira, fofoca*, etc.

A partir de ocorrências como esta, devemos estar atentos para o fato de que a saturação semântica do predicado não depende nem do preenchimento do predicado, nem muito menos de uma co-indexação em sentenças anteriores do texto. A saturação do predicado está vinculada a condições que estão além daquilo que a materialidade lingüística torna explícito na sentença.

Assim sendo, algumas das limitações do sistema formal proposto parecem se revelar quando observamos a negação polêmica (GUIMARÃES, 2006), os *topoi* argumentativos (DUCROT, 1989) e a ancoragem referencial dos lugares sintáticos em domínios discursivos (DIAS, 2005). Portanto, o empreendimento para traduzir a competência semântica de um falante, por meio de cálculos, parece uma idealização, tendo em vista que o equívoco é constitutivo das línguas naturais. Por isso, concordamos com Pêcheux (1998, p. 24) quando afirma:

é necessário reconhecer que qualquer língua natural é também, e antes de mais nada, a condição de *existência de universos discursivos não estabilizados logicamente*, próprios ao espaço sócio-histórico dos rituais ideológicos, dos discursos filosóficos, dos enunciados políticos, da expressão cultural e estética. Nesta segunda categoria de universos discursivos, a ambigüidade e o equívoco constituem um fato estrutural incontornável: o jogo das diferenças, alterações, contradições não pode ser aí concebido como o amolecimento de um núcleo duro lógico (grifos do autor).

4. Deslocamentos no conceito de referência

A referência tem sido compreendida como uma dimensão extralingüística, ancorada em um mundo de objetos autônomos. Contudo, a partir das reflexões anteriormente levantadas, observamos que esta concepção deixa a desejar na medida em que a referência não depende desses objetos para se constituir. Faz-se necessária, portanto, uma abordagem diferente para este conceito. Esta abordagem deve ser ampla o suficiente para admitir, de um lado, o funcionamento de expressões que não se referem a objetos com existência autônoma, como é o caso

de “O cientista que descobriu a cura para a AIDS tornou-se famoso mundialmente”. Por outro lado, deve ser capaz de admitir a existência de um domínio referencial que não é projetado por uma expressão lingüística específica, como é o caso de “Quem planta colhe”.

Adiante, veremos dois modos de se conceber a referência sem relacioná-la a objetos de uma exterioridade autônoma. Nestes dois modos, a referência pode ser compreendida como uma exterioridade, somente se entendermos que ela não é palpável na materialidade daquilo que se ouve ou daquilo que se lê. Em outras palavras, a referência não é palpável na estrutura sintática ou lexical, embora seja projetada por esta materialidade⁵. Assim, a referência não está fora da língua, tendo em vista que a língua não se constitui apenas de palavras, mas também de sentidos. A referência, portanto, está em uma outra dimensão lingüística: o discurso.

4.1 Referente: um mundo construído no discurso

Ducrot (1984) define “referência” como “uma orientação necessária para aquilo que não é o dizer” (DUCROT, 1984, p. 419) e “referente” como “um mundo construído em D” (no discurso) (DUCROT, 1984, p. 437), sendo que “Esse referente não pode ser dito por nenhum outro discurso a não ser o discurso de que ele é referente” (DUCROT, 1984, p. 437). Por sua vez, “referir” é “falar de”. Logo, “Aquilo a que nos referimos é (...) aquilo de que falamos” (DUCROT, 1984, p. 429).

Para explicarmos estes conceitos, delimitaremos dois eixos no trabalho deste autor: o primeiro é a relação entre palavra e exterioridade, que Ducrot (1984, p. 419) chama de “estatuto ambíguo do referente”; o outro é a proposição segundo a qual cada discurso revela o referente de um modo diferente, sendo cada discurso novo e não-repetível. A partir desta proposição, o referente é “indizível” (DUCROT, 1984, p. 437) em outro discurso que não seja aquele que o produziu,

⁵“A dimensão simbólica (...) é projetada da dimensão material” (DIAS, 2006, p. 5).

mas é, ao mesmo tempo, um mundo constituído por todos os discursos que o descrevem.

Sendo assim, Ducrot (1984) menciona uma peça de Pirandello na qual dois personagens, Sr. Ponza e Sr^a Frola, descrevem de modo contraditório uma única personagem, Sr^a Ponza. Com esta peça, Ducrot (1984) mostra como é que dois discursos, embora antagônicos, são capazes de falar sobre o mesmo referente. Um deles, a fala do Sr. Ponza, descreve a Sr^a Ponza como sendo sua segunda mulher. Por sua vez, a fala da Sr^a Frola descreve a Sr^a Ponza como sendo a primeira esposa de Ponza. Esta diferença leva os curiosos a perguntarem à própria Sr^a Ponza quem ela é afinal. E ela responde ser aquilo que os outros dizem que ela é. A atitude dos curiosos nos demonstra que eles concebem o referente do discurso da Sr^a Frola e de Ponza como uma entidade autônoma de que esses discursos falam. Contudo, a resposta da Sr^a Ponza revela o contrário: que não é ela, em carne e osso, o referente, “O referente aqui não são os seres mas as personagens criadas dentro do discurso” (DUCROT, 1984, p. 434).

Assim sendo, este exemplo ilustra a proposição segundo a qual o referente é uma exterioridade constituída por uma dimensão discursiva e não, uma entidade autônoma em uma dada dimensão extralingüística. Ilustra ainda a proposição segundo a qual a existência de vários discursos é capaz de constituir um único referente, porém, a partir de perspectivas diferentes. É nesse sentido que um único discurso não é capaz de construir o referente em sua totalidade, isto é, o mundo construído “não pode ser esgotado pelo discurso que o revela” (DUCROT, 1984, p. 437). Por isso, é a “possibilidade de existência de grande número de outros discursos” (DUCROT, 1984, p. 420) que garante a constituição e a “exterioridade do referente” (DUCROT, 1984, p. 420).

Outro exemplo interessante que mostra como a referência não depende do que se concebe como realidade autônoma é o seguinte: a mãe promete umas palmadas para o garoto endiabrado se ele fizer algum comentário a respeito do nariz do general Suif, que será um dos convidados para o jantar. Ela explica que o

nariz do general havia sido mutilado durante uma guerra. A inquietação do garoto se revela no momento da sobremesa, ao questionar: “Como é que tu querias que eu falasse do nariz do general Suif se ele não o tem!” (DUCROT, 1984, p. 434). De acordo com Ducrot (1984, p. 434),

O espanto do garoto lembra o dos lógicos perante as entidades imaginárias. O que ele não compreende, mas testemunha involuntariamente, é que o nariz do general recebe uma certa forma de ser quando é objecto do discurso. Ora dizer que ele não existe é igualmente discorrer sobre ele; é, num certo sentido, fazê-lo existir. É esta existência que constitui, de um modo geral, a do referente: de modo nenhum incompatível (porque não tem relação com ela) com a existência física.

Portanto, sendo o referente constituído pelos diferentes discursos que o descrevem e que o fazem existir, ele possui uma dimensão intradiscursiva. Assim, quanto ao seu “estatuto ambíguo”, ele é uma exterioridade, na medida em que é algo exterior às palavras, mas é intralingüístico, na medida em que “é chamado pelo discurso e, portanto, fica inscrito nele” (DUCROT, 1984, p. 419).

Assim, a importância de trazer estas reflexões para o presente trabalho é mostrar uma possibilidade de compreender o conceito de referência não como uma exterioridade autônoma. Além disso, o pensamento de Ducrot (1984) sobre o tema é instigante no que se refere ao reconhecimento da dimensão discursiva e, portanto, intralingüística do referente. Contudo, a seguir, tentaremos desenvolver melhor, a partir de uma perspectiva histórico-enunciativa, uma conceituação para o que se pode compreender como exterioridade/interioridade lingüística. Ainda, tentaremos mostrar que o referente é constituído por discursos que não são, porém, “indizíveis”. Ao contrário, ele é constituído pelo “enunciável” (“já-dito”) (GUIMARÃES, 2005, p. 66) e pelo entrecruzamento de discursos historicamente produzidos (GUIMARÃES, 2005).

4.2 Uma perspectiva histórico-enunciativa da referência

4.2.1 Exterioridade/Interioridade Lingüística

Para Dias (2002), a língua é essencialmente composta por uma dimensão orgânica e por uma dimensão enunciativa. A primeira se constitui pela materialidade lingüística, isto é, verbos, substantivos, morfemas, lugares sintáticos, etc. A segunda se constitui pela materialidade simbólica, isto é, “instâncias que correspondem a diferentes estratos no campo da memória, vale dizer, diferentes domínios de discurso” (DIAS, 2002, p. 53). Além disso, estas duas dimensões são interdependentes na medida em que a materialidade orgânica projeta a materialidade simbólica, e esta, por sua vez, é o que atribui pertinência a frases e palavras ditas, isto é, à dimensão material.

Assim sendo, a dimensão simbólica, considerada como uma exterioridade, é compreendida, por Dias (2002), como parte constitutiva da língua. Trata-se, portanto, de uma exterioridade que adquire identidade e pertinência para o homem na medida em que é discursivizada na dimensão intralingüística, tendo em vista que a dimensão simbólica é constitutiva do lingüístico. Logo, não se trata de uma exterioridade constituída por entidades de uma dimensão independente do discurso.

4.2.2 Referente: o ponto de cruzamento entre discursos

Observemos o seguinte anúncio visto em *outdoor*:

1) Não economize na educação de seu filho, apenas na mensalidade (com indicação de desconto para quem fizesse matrícula com antecedência)⁶.

A constituição da referência deste enunciado se dá porque ele é afetado por dois discursos diferentes que se entrecruzam no verbo “economizar”. Em um primeiro discurso, o do senso-comum, o verbo “economizar” projeta o imaginário segundo o qual pagar menos pode ter, como consequência, um serviço de

⁶ *Outdoor* visto em Belo Horizonte, nas proximidades da Av. Carlos Luz, em dezembro de 2006.

qualidade inferior. Por isso, “Não economize na educação de seu filho”. Por sua vez, em um outro discurso, o publicitário, o verbo “economizar” projeta a orientação segundo a qual é possível pagar menos e, ainda assim, obter um serviço de alta qualidade. Por isso, economize “apenas na mensalidade”. Porém, este serviço depende, é claro, de quem o oferece, ou, mais explicitamente, do colégio responsável por este anúncio, em detrimento dos outros concorrentes. Assim sendo, de modo simultâneo e conflitante, estes dois discursos constituem o sentido do verbo “economizar” neste anúncio.

A partir deste exemplo, vimos que o referente do verbo “economizar” é constituído pelos diferentes discursos que o produziram. Portanto, até este ponto, estamos de acordo com Ducrot (1984). Entretanto, Guimarães (2005) lança duas objeções ao pensamento deste autor.

A primeira é que não é exatamente um conjunto de discursos que constitui o referente, mas o interdiscurso, “a memória do dizer” (GUIMARÃES, 2005, p. 65). Assim, o referente é produzido pelo entrecruzamento de discursos que são recortados na enunciação. Essa primeira objeção revela, portanto, o conflito que há na constituição do referente. Segundo Guimarães (2005, p. 74), “o objeto é uma exterioridade produzida pela linguagem, mas não se reduz ao que se fala dela, pois é objetivada pelo confronto de discursos.”.

Por sua vez, a segunda objeção é que, para Ducrot (1984), o discurso está mais próximo do que pode ser compreendido como ‘novo’, vejamos, por exemplo, uma afirmação como “nunca poderemos imaginar que alguém repetiu várias vezes o mesmo enunciado” (DUCROT, 1984a, p. 369). Por isso, para o autor, um discurso é “indizível” (DUCROT, 1984, p. 437) e, portanto, não-repetível. Diferentemente, para Guimarães (2005), o discurso está muito longe de ser ‘novo’, pois ele é um “já-dito” (GUIMARÃES, 2005, p. 66) que se atualiza do dizer. Assim, para Guimarães, o referente é constituído pelo confronto histórico de “já-ditos”, porque a enunciação de um discurso se relaciona com a enunciação de outros discursos “alterando-os, repetindo-os, omitindo-os, interpretando-os”

(GUIMARÃES, 2005, p. 68). “Ou seja, se Ducrot mostra como “o estado de coisas” a que a linguagem refere não é um mundo autônomo, mas um mundo estruturado pela linguagem, ele, pela posição que adota, não trata o modo histórico de constituição” (GUIMARÃES, 2005, p. 72) deste mundo.

Outro ponto a se ressaltar no pensamento do Guimarães (2005, p. 69) é que “a relação de funcionamento da língua é com o interdiscurso e não com a situação”. Esta afirmação vai de encontro à posição pragmaticista segundo a qual o funcionamento da língua se dá na situação imediata de produção discursiva. Por exemplo, para Austin (1998), as condições de produção de um enunciado estão relacionadas com “a situação de quem falou, a finalidade com a qual falou, seu auditório, questões de precisão etc.” (AUSTIN, 1998, p. 121).

Contudo, a situação imediata de fala ainda é pouco para definir as condições de funcionamento de um enunciado, porque a enunciação não pode ser vista como um acontecimento delimitável por data, hora, minuto e segundo. Ao contrário, para Guimarães (2005a, p. 12), o presente da enunciação é “um novo espaço de convivibilidade de tempos”, possuindo duas projeções: uma projeção de passado, pois é afetado por uma memória de discursos anteriormente produzidos e uma projeção de futuro, pois o discurso presentemente produzido constituirá outros discursos. Nesse sentido, a atualidade do dizer recorta os domínios de referência pertinentes ao momento.

Ainda, um outro ponto a se ressaltar no trabalho deste autor é que “aquilo que Frege excluiu do sentido e da referência porque não pode ser visto como diretamente afirmado pela sentença, é incluído no sentido.” (GUIMARÃES, 2005, p. 71). Para Guimarães, portanto, o referente não seria o objeto lua⁷, mas o entrecruzamento dos dizeres proferidos sobre a palavra “lua”. Em outras palavras, o referente é o entrecruzamento das representações que são evocadas ao se proferir

⁷ Frege (1978, p. 65) faz uma comparação entre os conceitos com os quais trabalha e a observação da lua em um telescópio. Assim, a imagem na lente do telescópio pode ser compreendida como o sentido, porque esta é compartilhada por vários observadores. Por sua vez, a imagem na retina pode ser comparada à representação, porque esta é individual. Por fim, a lua pode ser comparada à referência, tendo em vista que ela é o objeto que se observa.

esta palavra. Contudo, estas representações não são individuais como propõe Frege (1978), comparando-as à imagem na retina de cada observador e às suas impressões pessoais. O máximo que se pode dizer é que elas apresentam um efeito de subjetividade, mas são, em essência, coletivas, porque se constituem histórica e socialmente, isto é, são recortadas por formações discursivas diferentes⁸.

Em resumo, compreendemos que o referente faz parte da dimensão simbólica da língua, ou seja, do domínio discursivo de significação. Por sua vez, essa materialidade histórica se constitui pelo confronto entre discursos que se presentificam e sofrem recortes na atualidade do dizer. É o caso de “economizar”, que sofre um recorte do discurso do senso comum e do discurso publicitário. O referente, portanto, não é um objeto autônomo, mas “constituído no gesto de significação, isto é, um objeto historicamente delimitado no acontecimento enunciativo” (DIAS, 2006, p. 5).

5. Considerações finais

Quando demos a este artigo o título “Referência: da exterioridade autônoma para a dimensão simbólica da língua”, pretendíamos chamar atenção para a trajetória que fizemos nos caminhos teóricos da referência.

Partimos de uma concepção vinculada a objetos de um mundo autônomo em relação à linguagem e observamos seus desdobramentos na Semântica Formal. Posteriormente, percorremos o trajeto de uma concepção instigante do referente, entendido como um mundo construído no dizer. Nesta abordagem, conseguimos perceber sua dimensão intralingüística, tendo em vista que ele não é um objeto independente do discurso.

Finalmente, alcançando uma estrada mais ampla, a perspectiva histórico-enunciativa nos mostra que o referente se constitui a partir de “já-ditos”, que se entrecruzam e são recortados no acontecimento. Este acontecimento, por sua vez,

⁸ Baseamo-nos no conceito de formação discursiva, conforme proposto por Orlandi (*apud* GUIMARÃES, 2005, p. 66): “As formações discursivas são diferentes regiões que recortam o interdiscurso e que refletem as diferenças ideológicas, o modo como as posições de sujeito, seus lugares sociais aí representados, constituem sentidos diferentes.”.

não pode ser compreendido como a situação imediata de interlocução, pois o presente da enunciação se funde em uma “latência” de futuro e de passado, que só é percebida quando se leva em conta o interdiscurso. A partir desta concepção, o referente não é mais uma entidade extralingüística, pois se inclui na dimensão simbólica, que é parte constitutiva da língua.

Referências Bibliográficas

- AUSTIN, J. L. Performativo-Constativo. In: OTTONI, P. R. (Org.). *Visão performativa da linguagem*. Campinas: UNICAMP, 1998. p. 109-144.
- DIAS, L. F. Enunciação e gramática: o papel das condições de emprego da língua. *Letras*, Santa Maria, n. 33, 2006. No prelo.
- _____. Fundamentos do sujeito gramatical: uma perspectiva da enunciação. In: ZANDWAIS, A. (Org.). *Ensaio: relações entre pragmática e enunciação*. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 2002. p. 47-63.
- _____. Problemas e desafios na constituição do campo de estudos da transitividade verbal. In: SARAIVA, M. E. F.; MARINHO, J. H. S. R.C. (Orgs.). *Estudos da língua em uso: relações inter e intra-sentenciais*. Belo Horizonte: PosLin, 2005. p. 101-122.
- DUCROT, O. Argumentação e “topoi” argumentativos. In: GUIMARÃES, E. (Org.). *História e sentido na linguagem*. Campinas: Pontes, 1989. p. 13-38.
- _____. Enunciação. *Enciclopédia Einaudi*, v. 2. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1984a. p. 368-373.
- _____. Referente. *Enciclopédia Einaudi*, v. 2. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1984. p. 418-438.
- FREGE, G. Sobre o sentido e a referência. In: *Lógica e filosofia da linguagem*. São Paulo: Cultrix, 1978. cap. 2, p. 59-86.
- GUIMARÃES, E. Enunciação e acontecimento. In: _____. *Semântica do acontecimento: um estudo enunciativo da designação*. 2. ed. São Paulo: Pontes, 2005a. cap. 1, p. 11-31.
- _____. Historicidade do sentido. In: _____. *Os limites do sentido: um estudo histórico e enunciativo da linguagem*. 3. ed. Campinas: Pontes, 2005. cap. 9, p. 65-75.

- _____. Semântica e Pragmática. In: GUIMARÃES, E. & ZOPPI-FONTANA, M. (Orgs.). *A palavra e a frase*. Campinas: Pontes, 2006. p. 115-146.
- PÊCHEUX, M. Sobre a (des-)construção das teorias lingüísticas. *Línguas e instrumentos lingüísticos*, Campinas, n.2, p. 7-31, jul./dez. 1998.
- PIRES DE OLIVEIRA, R. Noções básicas para operar um Sistema Formal. In: _____. *Semântica Formal: uma breve introdução*. Campinas: Mercado de Letras, 2001. cap. 4, p. 129-264.